

QUAL O IMPACTO DA COVID-19 NA ECONOMIA?

O crescimento económico é revisto em baixa, mas ainda ninguém prevê uma recessão em Moçambique. Só que o pessimismo reina entre os patrões, que já pedem um pacote de apoio inicial de 355 milhões de dólares para minimizar os danos, numa altura em que o real impacto da crise ainda está por calcular

LUÍS FONSECA *

Há dois números que delimitam as expectativas do governo, revistas em baixa, para o crescimento económico de Moçambique este ano. A previsão de subida do produto interno bruto (PIB) era de 4,8% para 2020, mas foi revista para 2,2% num cenário pessimista e 3,8% num cenário optimista. O anúncio foi feito pelo ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, na última semana de Março. Segundo o governante, o impacto do abrandamento mundial será transversal a todos os sectores, da indústria extractiva à agricultura. “Alguns dos nossos importadores de madeira, algodão e camarão vão reduzir” as enco-



ADRIANO MALEIANE,
COM O PRIMEIRO-MINISTRO:
Para o ministro da Economia e Finanças, a forma de manter a economia a funcionar passa pela concessão de linhas de crédito

mendas a Moçambique, exemplificou. Já para não falar da indústria extractiva. O sector do turismo também será dos sectores mais afectados: previa-se um crescimento de 3%, agora revisto para 0,5% — para o primeiro trimestre de 2020 estava prevista a entrada de 500 mil turistas em Moçambique, mas o número fixou-se em 23 mil.

O que fazer perante esta situação para minimizar os danos numa economia debilitada? A única forma de manter a economia a funcionar será concedendo linhas de crédito, disse Adriano Maleiane. Em linha com essa ideia, a pandemia provocada pelo novo coronavírus já tinha levado, dia antes, o banco central moçambicano a tomar várias medidas.



LUSA

TURISMO COM IMPACTO PROFUNDO

O estudo da CTA refere que o turismo é o sector que irá apresentar maior desaceleração em 2020, perdendo até um terço do volume de negócios, num cenário macroeconómico de desaceleração em que o crescimento económico deverá fixar-se entre 2% a 2,3% — em linha com as previsões do governo. “É evidente que esta pandemia irá afectar todos segmentos da economia moçambicana, principalmente pelo facto de a economia nacional ser consideravelmente aberta ao resto do mundo e bastante vulnerável a choques externos”, nota a CTA. Por outro lado, “espera-se que o volume de investimento venha a ser afectado pela redução do fluxo de investimento directo estrangeiro ou pelo adiamento de iniciativas empresariais”.

O governo moçambicano pediu aos parceiros internacionais um total de 700 milhões de dólares (653 milhões de euros) para fazer face ao impacto causado pela pandemia de COVID-19, anunciou o primeiro-ministro, “para a componente de saúde, prevenção e tratamento” — e ainda antes de ser conhecido o estudo da CTA. O governante especificou que, entre outros objectivos, o valor foi calculado para construir hospitais e cobrir o défice no Orçamento Geral do Estado, que poderá resultar da baixa captação de receitas.

Foi anunciada a introdução de linhas de crédito em moeda estrangeira para os bancos, o relaxamento das condições de reestruturação dos créditos dos clientes bancários e a redução das reservas obrigatórias exigidas ao sistema bancário em moeda nacional (metical) e estrangeira.

PATRÕES QUEREM SUSPENDER CONTRATOS

A Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) sugere medidas mais musculadas. Os patrões defendem a suspensão dos contratos de trabalho durante seis meses, com substituição dos salários por subsídios, como forma de apoiar as empresas mais afectadas com a pan-

demia de COVID-19. O turismo, a aviação civil (à semelhança do que acontece em todo o mundo) e a agricultura serão os sectores em maior perigo, antecipa um estudo da principal associação patronal moçambicana. “Propõe-se a suspensão dos contratos de trabalho nestes sectores por um período de seis meses, sujeito a prorrogação dependendo da evolução da pandemia nos próximos meses.” A medida de suspensão de contratos (*lay-off*) está prevista na lei, mas a novidade é que a Confederação defende, desta vez, que as empresas deixem de pagar os salários a 100%. “Para evitar os impactos sociais que esta medida pode acarretar, propõe-se a aprovação de um pacote de subsídio

aos trabalhadores” cobrindo toda a despesa salarial, o que pode ascender a 49 milhões de dólares. A CTA sugere “a mobilização de fundos, junto dos parceiros de cooperação, para a cobertura deste volume da massa salarial durante os seis meses do *lay-off*, de modo a assegurar a sobrevivência das empresas e a manutenção dos postos de trabalho e das condições de vida dos trabalhadores”. A instituição defende ainda medidas fiscais, aduaneiras e financeiras “aplicáveis a todos sectores económicos e que devem ser implementadas em função dos alertas do nível de gravidade do risco da pandemia da COVID-19”. No total, o “pacote de medidas imediatas a serem implementadas para os sectores prioritários”, proposto pela CTA, tem um custo de 355 milhões de dólares. O valor encontra-se no meio da previsão de perdas totais do sector empresarial moçambicano, que oscila entre 212 a 340 milhões de euros. As perspectivas traçadas no estudo foram obtidas através de entrevistas a 118 empresas.

ANALISTAS ESTRANGEIROS OSCILAM

As revisões em baixa do PIB por parte do governo surgiram vinte dias depois de o Conselho de Ministros ter aprovado o Plano Quinquenal do governo por forma a ser discutido pelo Parlamento. No documento, antes de se prever o impacto da pandemia de COVID-19, o Executivo previa que a economia do país chegasse a 2024 com uma taxa de crescimento médio de 5,5%, contra os 2,2% registados em 2019, o valor mais baixo da última década. Entre as consultoras também há perspectivas mais pessimistas, outras mais optimistas.

A consultora Economist Intelligence Unit (EIU), mais pessimista, alerta que o orçamento de Moçambique para este ano terá de ter “alterações significativas”. A pandemia surge numa altura em que se esperava “que os esforços de reconstrução depois dos dois ciclones de 2019 continuassem a dominar as decisões de política este ano”. No entanto, acrescenta, “apesar de esses esforços se manterem, a reduzida colecta fiscal e o abrandamento da actividade económica vai travar o ritmo da recuperação”.

Os analistas chamam ainda a atenção para os atrasos na discussão e aprovação dos gastos para este ano devido às eleições do ano passado, considerando que “as deficiências operacionais das entidades públicas em Moçambique são estruturais, limitando a definição das políticas e o rumo das decisões e a capacidade de implementar reformas que fortaleçam a gestão financeira e melhorem o ambiente operacional”.

CRESCIMENTO
EM 2020

4,8%
PREVISÃO INICIAL

2,2%
CENÁRIO PESSIMISTA

3,8%
CENÁRIO OPTIMISTA

Entre os efeitos da pandemia de COVID-19, a EIU lembra que as restrições às exportações a nível mundial “parecem cada vez mais prováveis” e aponta que este abrandamento no fluxo de bens e mercadorias “pode criar cortes nas cadeias de abastecimento das empresas moçambicanas”. Isto, por sua vez, “criaria restrições às importações de bens intermédios e de bens de consumo”, o que prejudicaria ainda mais as previsões de crescimento económico e de receita fiscal.

Do lado mais optimista, a consultora espanhola FocusEconomics cortou em 0,5 pontos percentuais o crescimento económico previsto para Moçambique, antevendo ainda assim uma expansão de 4,2% este ano — mais optimista que a melhor previsão do governo —, considerando que os investimentos no gás natural vão manter-se inalterados de modo a compensar os efeitos da pandemia. “A actividade económica deverá recuperar este ano, com o país a recuperar dos estragos dos ciclones do ano passado; as despesas de capital no sector do gás natural liquefeito também devem suportar o crescimento”, dizem os analistas. A FocusEconomics prevê que a inflação em Moçambique suba até 4,7% este ano, aumentando para 5,4% em 2021.

GESTÃO PRUDENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Alguns analistas locais revelam sentimentos de precaução e alerta: “A gestão prudente das finanças públicas é fundamental neste momento. Temos de gastar naquilo que é estritamente importante e garantir transparência, um elemento que tem faltado nos últimos tempos nas estratégias do governo”, declarou Celeste Banze, economista da organização não-governamental Centro de Integridade Pública (CIP). Jorge Matine, do Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO), entende que todas as previsões de crescimento estão sujeitas a revisão e que o foco deve ser a contenção da pandemia. “Temos de reduzir a propagação e, se há casos registados em Maputo, temos de garantir que outras províncias não sejam afectadas.” Para o académico moçambicano Calton Cadeado, o impacto do encerramento de fronteiras como medida de prevenção da COVID-19 será mais acentuado em países menos desenvolvidos, como é o caso de Moçambique. “Moçambique é mais importador do que exportador e, obviamente, isso vai ter um impacto penoso. É verdade que todos os países vão sofrer, mas para nós será mais pesado porque nós não somos um país altamente industrializado e produtor do que consome”, afirmou. *

* Trabalho especial da agência Lusa para a EXAME Moçambique.

AS MEDIDAS DO GOVERNO

Paula Rocha*

Com a economia moçambicana “estagnada” nos últimos cinco anos — com algum crescimento apenas em torno dos megaprojectos —, o impacto da situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, agente causador da doença COVID-19, prevêem-se efeitos a longo prazo, adiando, novamente, o crescimento económico do país.

O sector do turismo, sempre tão dependente do exterior, é já o primeiro a ressentir-se. Com o *lockdown* de vinte e um dias anunciado pelo Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, no dia 23 de Março, prevê-se uma redução na circulação de produtos e bens para o mercado nacional, com impactos e efeitos em cascata na economia moçambicana.

A par do reforço das medidas para controlar o surto da doença do COVID-19, por parte das autoridades governamentais, destacam-se, também, algumas medidas visando mitigar o impacto económico da “nova” crise, que se avizinha (e se adivinha duradoura).

Neste contexto, o governo aprovou recentemente o decreto que aprova o perdão total de multas e a redução de juros de mora — para o caso do pagamento integral da dívida e para o pagamento em prestações — resultantes das dívidas e contribuições ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) por parte dos empregadores. Esta iniciativa visa, essencialmente, permitir aos trabalhadores e respectivos familiares poderem aceder aos benefícios da Segurança Social sem privações resultantes do incumprimento das respectivas obrigações por parte das entidades empregadoras.

Quase que em paralelo, o conselho de administração do Banco de Moçambique deliberou a “introdução de uma linha de financiamento em moeda estrangeira para as instituições participantes no Mercado Cambial Interbancário, no montante global de 500 milhões de dólares, por um período de nove meses”, a partir de 23 de Março de 2020; foi ainda autorizada “a não constituição de provisões adicionais pelas instituições de crédito e sociedades financeiras nos casos de renegociação dos termos e condições dos empréstimos, antes do seu vencimento, para os clientes afectados pela pandemia”.

O Banco de Moçambique justificou estas medidas com a necessidade de “disponibilizar liquidez em moeda estrangeira e em moeda nacional para apoiar as empresas e as famílias a honrarem os seus compromissos, na sequência do agravamento dos riscos decorrentes dos impactos macroeconómicos”.

Ao nível migratório, numa comunicação à nação, o Presidente da República, Filipe Nyusi, anunciou a suspensão da emissão de vistos de entrada em Moçambique e o cancelamento de todos os vistos já emitidos.

Entretanto, em comunicado datado de 26 de Março de 2020, e em consequência do cancelamento de voos por diversas companhias aéreas, impossibilitando os cidadãos estrangeiros de cumprirem os deveres previstos no Regime Jurídico do Cidadão Estrangeiro em Moçambique, foram instadas todas as Direcções Provinciais de Migração a receberem, a título excepcional, pedidos de prorrogação de vistos, nas seguintes situações: estrangeiros com vistos de negócio, visitante e turismo que atingiram o limite máximo de prorrogação previsto na lei; estrangeiros com autorização de trabalho de curta duração, cujos vistos tenham expirado; estrangeiros que entraram no país mediante visto de fronteira, que se sabe é improrrogável, e que já atingiram os trinta dias de permanência no país.

Aos cidadãos estrangeiros titulares de Autorização de Residência que se encontram fora do país será permitida a renovação dos vulgo “DIRE” quando regressarem, desde que provem que não conseguiram regressar ao país antes da caducidade daquele documento devido às restrições decorrentes da pandemia da COVID-19.

A nível judiciário, o Tribunal Supremo também aprovou, a 23 de Março de 2020, um conjunto de medidas, sendo de destacar as seguintes recomendações: a realização de audiências com a presença das partes, advogados, testemunhas, declarantes ou outros intervenientes processuais; a não marcação de julgamentos de vários processos para a mesma hora; a não entrada simultânea de partes processuais para as salas de audiência, para julgamentos marcados para momentos diferentes.

No que respeita à situação migratória, que tantas questões tem levantado aos trabalhadores expatriados e às empresas, informação conflituante não permite à data confirmar as medidas para a renovação de vistos e autorizações de residência de estrangeiros que estejam em Moçambique. É expectável que, a breve trecho, esta situação venha a ser tratada, tendo em conta o actual contexto do encerramento de fronteiras e da indisponibilidade de voos face à pandemia, por período ainda imprevisível.

A 1 de Abril o Presidente de Moçambique decretou o estado de emergência por trinta dias.

*Partner da HRA — ADVOGADOS